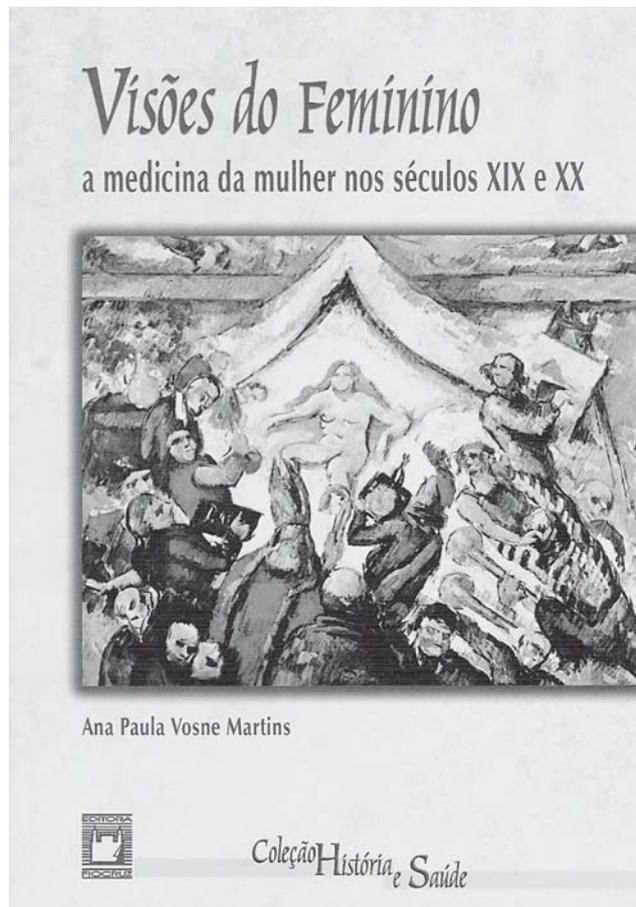


# *Uma relação muito difícil: os corpos femininos e a Medicina*



## *Cleci Eulália Fávaro*

Doutora em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Professora do Centro de Ciências Humanas e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos). Autora, entre outros livros, de *Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências*. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 2002. cfavaro@pro.via-rs.com.br

## Uma relação muito difícil: os corpos femininos e a Medicina

Cleci Eulalia Favaro

MARTINS, Ana Paula Vosne Martins. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, 288 p. (Coleção História e Saúde).

Diante de um processo de intensa exaltação do corpo feminino, paralelamente a uma também intensa banalização, efetuada pela mídia e decuplicada pelas academias, pelas dietas, pela alimentação natural, pelos suplementos alimentares, pelos cosméticos, e mais do que nunca, pela moda, destinada a vestir (despir?) corpos femininos jovens, em busca de uma estética corporal que valoriza a perfeição da forma, em detrimento do fundo, múltiplos e variados são os dividendos auferidos pela economia mundial dita globalizada. Em nome da beleza e da juventude, os corpos femininos são torturados (por iniciativa e consentimento das próprias vítimas) por ações invasivas (e não necessariamente bem sucedidas) de cirurgias plásticas, nutricionistas, *personal trainers* (e uma parafernália de equipamentos), esteticistas, cabeleireiros, cosmetólogos e *designers* de moda. É a indústria da beleza que define os padrões (econômicos) do que é belo e digno de ser admirado e, evidentemente, cobiçado. Neste sentido, o corpo feminino, uma vez mais, é objeto.

Este, no entanto, não é o tema desenvolvido na obra de Ana Paula Vosne Martins — produto de sua tese de doutorado em História —, intitulada *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Mas a leitura — um texto ágil e atraente — leva a pensar nos processos de condicionamento a que o corpo feminino vem sendo submetido ao longo de séculos, sob o peso dos mais diferentes interesses (políticos, sociais, econômicos, religiosos ou científicos).

Para compreender os mecanismos, ferramentas e processos de que um dado segmento social se vale para impor seus pontos de vista e seus objetivos sobre o restante da sociedade em uma determinada época, o livro de Martins nos conduz através dos meandros de uma destas vertentes, quando trata das relações cada vez mais estreitadas entre o saber médico, questões políticas e o corpo feminino.

Logo emerge uma pergunta: mas existe alguma relação entre fatores aparentemente tão díspares? É a própria autora quem responde: “na segunda metade do século XIX, a questão sexual era um problema que perseguia muitos homens da ciência, particularmente os médicos, esses especialistas em olhar e examinar os corpos e estabelecer verdades sobre a Natureza e a identidade dos indivíduos [submetidos] aos detalhes muito íntimos e internos” (p. 23 e 24). Mais ainda, quando se tratava do corpo feminino e de sua fisiologia.

Metodologicamente, ao longo de toda a obra, a autora estabelece um fecundo diálogo entre as fontes documentais que utiliza para a construção do texto, provenientes da pesquisa em arquivos ou na literatura já produzida, com vistas a comprovar o argumento-base, qual seja, de que a

instituição do corpo feminino como objeto do discurso médico-científico e sua transformação em lugar de prática de intervenção de seus agentes geraram “um processo de gerenciamento dos corpos femininos sem precedentes até meados do século XIX” (p. 15).

O discurso perpassa diferentes níveis e instâncias de discussão sobre como se efetuou tal gerenciamento e quais os resultados (práticos, teóricos, científicos, sociais, culturais e, principalmente, políticos) no sentido de conter e conformar os corpos femininos e sua sexualidade (que podia resultar na dinâmica familiar, e por extensão, na formação do Estado) dentro de normas, regras e preceitos nosológicos (naturalmente, formulados por homens, neste caso, os médicos). Conflitos de interesses, confrontos de idéias e um discurso — não das mulheres sobre si próprias, mas dos homens sobre a natureza feminina — mostram as trajetórias de uma sociedade (a Ocidental, e nela, o Brasil dos séculos XIX e XX) em processo de mudança profunda no rumo da modernidade.

*Visões do feminino*: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX apresenta-se organizado em seis capítulos, cada um deles, por sua vez, articulado em outros tantos segmentos destinados a compor o quadro proposto pelo título.

O primeiro capítulo — “Gênero, ciência e cultura” — trata de verificar como “anatomistas, fisiologistas e médicos passaram a questionar os conhecimentos sustentados na tradição aristotélico-galênica a respeito das diferenças entre homens e mulheres, no sentido de compreender, tanto os significados do extenso inventário sobre as diferenças sexuais empreendido durante os séculos XVIII e XIX, quanto o fato significativo de que a diferença foi localizada no corpo feminino” (p. 23).

Ainda no mesmo capítulo, a autora investe no campo da produção discursiva sobre a alteridade feminina, argumentando a necessidade de fazê-lo diante da constatação de que, se “as diferenças entre os sexos eram tão irreduzíveis e foram minuciosamente descritas e classificadas, cabe então questionar as conseqüências deste tipo de conhecimento para a vida das mulheres, na medida em que estabeleceram os fundamentos científicos da natureza e identidade feminina” (p. 23).

Tais discursos, no entanto, não se estabeleceram como regra aceita em sua totalidade, diante de posturas diferenciadas: se para os intelectuais que defendiam a causa das mulheres, “as desigualdades se originavam na própria sociedade, na falta de oportunidades iguais para ambos os sexos” (p. 30), para os defensores que justificavam uma ordem social fundada nas desigualdades de gênero,

*a questão não se colocava na sociedade, mas nas leis inexoráveis da Natureza: as mulheres eram inferiores aos homens porque eram menores, mais frágeis, mais sensíveis e mais sujeitas aos imperativos da sua natureza sexual. Homens e mulheres eram, segundo esta interpretação, radicalmente diferentes em sua constituição física e intelectual, e esta diferença era irreduzível — estava inscrita nos corpos, ou seja, nos corpos sexuais de homens e mulheres (p. 31).*

O segundo capítulo — “A ciência obstétrica” — visa a desfazer alguns nós da polêmica questão gerada em torno do desenvolvimento de um dos ramos da Medicina em processo de especialização. A própria autora destaca que a “história feminista do parto e da maternidade retirou

de cena a oposição ideológica entre saber e superstição, para colocá-la no campo das disputas profissionais e da constituição de novos saberes sobre o corpo feminino que tiveram lugar a partir do século XVIII”. No entanto, a entrada dos médicos na cena do “parto foi muito mais resultado de uma relação de forças do que simplesmente a superação do obscurantismo pelo progresso do conhecimento médico”. Trata-se, a partir da afirmação, de um relação conflituosa e não harmônica, merecedora de uma atenção mais detida (p. 70 e 71).

O capítulo seguinte — “A ciência da mulher” — incursiona sobre a literatura médica a respeito da organização do corpo feminino. No século XIX, obstetras, ginecologistas e médicos legistas valeram-se de resultados de experiências anatomo-fisiológicas para fundamentar suas teorias sobre a organização nervosa do corpo feminino em sistema de rede, ligando ovários e útero através de gânglios e nervos ao eixo cérebro-espinhal.

O problema, destaca Martins, reside nas interpretações ideológicas que foram dadas a tal organização, dado que resultaram em afirmações categóricas de que na mulher esse sistema era instável, marcado pelo desequilíbrio e que, portanto, qualquer excitação periférica — sempre de origem sexual — poderia perturbar um tão frágil equilíbrio, a ponto de causar problemas psíquicos de variadas intensidades, oscilando entre uma simples dor de cabeça e estados melancólicos, manifestações histéricas e delírios, passíveis de provocar infanticídio ou suicídio (p. 111).

Do ponto de vista da autora, os textos produzidos pelos médicos durante o século XIX a respeito da definição sexual da mulher revelam suas ansiedades diante das incertezas geradas pelo mais completo desconhecimento em relação à sexualidade feminina. Se, de um lado, a aproximação entre médicos e mulheres (clientes) favorecia as condições necessárias para o conhecimento da fisiologia feminina, de outro, aumentava o mal-estar masculino em relação à sua sexualidade, quase sempre equacionada ao excesso ou à ausência (p. 112). “A especificidade da natureza feminina está, portanto, na origem da constituição desta nova especialidade médica que se consolidou nas faculdades de medicina, em associações médicas e na clínica: a ginecologia” (p. 118).

A partir de então, um verdadeiro “véu” de segredo passou a recobrir os livros de ginecologia e obstetrícia, contribuindo para a construção, no imaginário coletivo, da figura do médico como um “guardião” dos segredos da feminilidade, o homem da ciência que podia explicar a mulher porque a conhecia no seu próprio território, já mapeado pela topografia ginecológica, capaz de protegê-la de si mesma, dado que ele havia descoberto sua verdade: a mulher era o seu corpo e sobre este se dirigiam os olhares e as práticas (p. 125).

No quarto capítulo, intitulado “A obstetrícia e a ginecologia no Brasil”, a autora começa a tratar da questão de como a Medicina vai depositar seu olhar (e suas práticas terapêuticas) sobre o corpo feminino, nos campos da obstetrícia e da ginecologia, sob inspiração e orientação européia.

Apesar de o ensino e a prática da obstetrícia e da ginecologia terem sido muito precários até a década de 1870, as duas especialidades tiveram seus defensores na figura de alguns dos mais famosos médicos de Salvador e do Rio de Janeiro, responsáveis pela organização destas especialidades e pela produção de um conhecimento que atendesse às necessidades impostas pelas condições culturais e materiais em que exerciam a medici-

na. (p. 141). Após vencer barreiras culturais que dificultavam o acesso dos médicos aos corpos femininos, foi significativo o número de teses médicas sobre a mulher produzidas ainda no século XIX, particularmente após a implantação do ensino clínico e não apenas teórico da obstetrícia e da ginecologia, contribuindo para as discussões então em voga sobre o tema.

A autora destaca que um dos temas que mais preocupou os médicos foi a menstruação e seus efeitos sobre a fisiologia e o estado emocional das mulheres. No Brasil, as antigas concepções que relacionavam a purgação do sangue menstrual à impureza e à incapacidade tiveram e ainda hoje têm incrível vitalidade e aceitação, tanto nos textos médicos quanto na cultura popular. Mesmo com os estudos fisiológicos sobre a ovulação nos mamíferos, em curso desde meados do século XIX, a força das representações sobre a “mulher que sangra” se impunha nos discursos médicos, ao mesmo tempo em que era operacional na manutenção e no reforço das relações assimétricas de gênero, associando a diferença “debilitante” das mulheres à incapacidade de atuar nos mesmos espaços que os homens (p. 166).

O capítulo seguinte — “O médico de senhoras e a clínica de mulheres” — amplia as reflexões sobre a situação, no Brasil, das práticas médicas sobre o corpo feminino, quando trata, conforme o título, de verificar o papel social do médico de senhoras e a clínica de mulheres.

Paralelamente à instalação de hospitais em todo o território nacional, era disseminada uma intensa discussão em torno da gravidez e do parto, integrando uma nova visão a respeito da mulher, cujo corpo devia ser fértil e saudável a fim de cumprir a função materna, revestida de um novo simbolismo político. Para Martins, o que os médicos do século XIX pretendiam inculcar nos corpos e mentes das mulheres era que sua natureza não estava somente à disposição de interesses egoístas ou particularistas, como a transmissão do sangue e do nome da família, mas de valores muito mais importantes e coletivos, como a raça, o vigor de um povo, o sangue de uma nação. Assim, médicos e outros intelectuais do final do século XIX procuraram transformar a maternidade em uma função política de extrema importância para ser abandonada às mãos de leigos (p. 177), situação que movimentava os círculos intelectuais e políticos nacionais em torno de numerosas polêmicas, o que também fornece informações valiosas sobre “o grau de intervenção nos corpos femininos e sua transformação em ‘casos’, em ‘peças’ passíveis de observação, descrição, análise e comparação, origem e destino do saber médico” (p. 180).

No processo, construía-se um discurso ideológico sobre o papel social da maternidade, produzindo o que poderíamos chamar de uma “pastoral moderna, consolidada na Ciência, mas com o aval da religião”. Esta ideologia transformou a maternidade em um dever não só para com a família, mas para com o Estado e com a Pátria. Os médicos acenavam com promessas de felicidade, de realização pessoal na criação dos filhos e de elevação moral da mulher, algo que tanto o romantismo quanto o positivismo sancionaram ao idealizar a maternidade e entronizar a mãe no altar do lar (p. 188).

Segundo Martins, a criação progressiva de instituições médico-hospitalares forneceu as condições necessárias para o exercício da clínica e da cirurgia, para o ensino prático e, posteriormente, para o desenvolvimento de pesquisas científicas. A intensa campanha movida em favor da assis-

tência social à maternidade e a construção de espaços hospitalares específicos para o atendimento obstétrico e ginecológico acabaram por tornar definitivo o processo de medicalização do corpo feminino no Brasil (p. 196).

No capítulo sexto, que tem por título “A mulher no discurso médico e intelectual brasileiro”, a autora encaminha as discussões finais, quando refere que, “ao iniciar-se o século XX, a crença na missão ‘civilizadora’ dos médicos levou-os a formular um projeto de reorganização da sociedade, visando a produzir indivíduos saudáveis no corpo e no espírito, capazes de efetuar transformações não apenas em suas vidas particulares, mas no destino do país”. De seu ponto de vista, muitos eram os responsáveis pelas vicissitudes nacionais, a começar pela família, “mas alcançando as escolas, hospitais, quartéis, prisões, mercados, cemitérios, enfim, milhares de espaços públicos e privados que deviam seguir as normas de reforma higienista” (p. 217 e 218).

A amamentação transformou-se em tema recorrente no discurso médico, dado que nutrir as crianças assumia contornos de alta responsabilidade materna e demonstração de afeto. O mito do amor materno era erigido como definidor do sentido de ser mulher. Aquela que não amava seus filhos (ou emitia sinais de não amar) era uma aberração, uma criatura desnaturada, ou seja, negadora de sua natureza (p. 232 e 233).

Nem todos os intelectuais brasileiros eram seguidores dos postulados emitidos pelo saber médico, mas, segundo a autora, outras correntes de pensamento procuraram ver outros papéis sociais importantes para as mulheres brasileiras, embora quase sempre submetendo-as ainda a ocupar lugares e espaços secundários, diante da massiva hegemonia masculina na direção dos destinos nacionais.

Concluindo, mas deixando significativas entradas para refletir sobre um tema sempre atual, Martins afirma que

*não há como negar que os conhecimentos e as técnicas da obstetrícia e da ginecologia tenham contribuído para a melhoria das condições físicas das mulheres, ou seja, não defendemos uma atitude a priori anticientífica em nossa crítica à ciência sexual e especialmente à medicina da mulher. Certamente que o uso de anestésicos nos partos, o desenvolvimento de técnicas cirúrgicas mais seguras, entre outras inovações, foram benéficas e bem-vindas. Contudo, a questão não pode ser vista somente a partir do desenvolvimento ou do progresso da ciência e da medicina, mas a partir da natureza das relações que se estabelecem entre aqueles que produzem o saber e aquelas que são alvo ou objeto de tal conhecimento (p. 266).*



*Resenha recebida em fevereiro de 2006. Aprovada em abril de 2006.*